

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES -
COMUTRAN

Aos **14 dias do mês de julho de 2015**, às 19:00h, no auditório da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTRANS, Rua Alberto Torres, 115, Centro, Petrópolis, RJ, ocorreu a reunião ordinária do COMUTRAN – Conselho Municipal de Transportes, tendo como secretária a Sra. Rogéria Maria Canedo Guimarães, advogada da CPTrans, cuja pauta foi a seguinte: **“1) Aprovação da ata do mês de junho de 2015; 2) Organização da 12ª CMTT – Conferência Municipal de Trânsito e Transportes; 3) Assuntos Gerais.”** Constatando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quantos bastem para o quorum necessário, o Sr. **JORGE FERNANDO VIDART BADIA**, Diretor Presidente da CPTRANS e Presidente do COMUTRAN, deu início aos trabalhos agradecendo a presença dos Conselheiros. Ato contínuo, passou-se ao **item 01** da pauta **“Aprovação da ata do mês de junho de 2015”**. Após debates ficou acordado de forma unânime entre os Conselheiros, que a ata do mês de junho conterá errata à reunião do mês de maio, a fim de constar as palavras de conselheiro ÁLVARO BASTOS/OAB nos seguintes termos: *“No fim da reunião, Álvaro Bastos, representante da OAB, apresentou três pedidos, sendo eles: Primeiro, a imediata votação pelo conselho sobre a privatização do estacionamento rotativo em Petrópolis o que foi negado pela presidência do conselho. Segundo, a convocação de uma reunião extraordinária para se votar este tema, o que também foi negado. Terceiro, que se coloque a votação na pauta da próxima reunião deste conselho”*. Passando-se ao **item 02** da pauta **“Organização da 12ª CMTT – Conferência Municipal de Trânsito e Transportes”**, **FERNANDO BADIA** disse que torna-se necessário a organização do evento considerando a proximidade do término do mandato dos membros do COMUTRAN que deverá se dar em outubro. Sr. **PAULO MARTINS**, disse que torna-se necessário a definição do tema nesta reunião. Sugere como tema da Conferência “O Transporte Público

Coletivo” com o objetivo de apresentar à sociedade a questão, inclusive os temas produzidos pelo COMUTRAN. **FRANCESCO/PETRO ITA**, entende que o foco prioritário na CMTT deve ser o trânsito, vez que até o presente momento nada foi realizado pelo poder público com relação ao Plano de Mobilidade Urbana, não obstante os diversos estudos voltados para a questão. **FERNANDO BADIA** disse que entende salutar discutir a questão do trânsito durante a BAUERNFEST, incluindo a organização do evento e a sua conciliação com o trânsito e a mobilidade urbana. Disse que a CPTRANS visa formalizar Convênio com a FETRANSPOR a fim de que sejam elaborados estudos técnicos voltados à mobilidade urbana. Ato contínuo, com relação ao Plano de Mobilidade, disse que ao tomar posse em janeiro de 2013 encontrou a CPTRANS totalmente descapitalizada, sem receita, sem pessoal, sendo a diminuição da taxa de gerenciamento de 5% para 2% através de lei municipal editada em dezembro de 2010, um dos fatores responsáveis pela grave situação financeira da Companhia. O Plano de mobilidade Urbana foi apresentado tão somente por 5% dos municípios do Brasil. Não obstante, o município não está paralisado na questão, tendo inclusive a CPTRANS participado de congresso voltado para o tema. O Termo de Referência foi feito e entregue ao Prefeito, no entanto a crise pela qual atravessa o Município, o impede de disponibilizar recursos, neste momento, para a elaboração do Plano. Por fim disse que o Município e a CPTRANS está buscando o apoio da OAB e do Deputado Federal Hugo Leal a fim de conseguir financiamento para o custeio do Plano de Mobilidade, o que comprova que a questão não está paralisada. **EVANDRO/ASTAPE** sugere que seja apresentado na CMTT palestra da FETRANSPOR, inclusive a demonstrada no COMUTRAN pela Assessora de Comunicação do SETRANSPETRO. **FRANCESCO/PETRO ITA** disse que torna-se necessário criar mecanismos a fim de que as propostas não fiquem somente no papel. **ÁLVARO BASTOS/OAB** disse que a proposta do Sr. Paulo Martins é muito interessante mas concorda com Francesco pois as questões não devem ficar tão somente no papel. Disse que durante a Conferência da Cidade constatou excelentes propostas, inclusive as

apresentadas por Eduardo Ascoly, ex Secretário de Planejamento, no entanto, não verificou qualquer movimentação por parte do poder público para que as propostas acontecessem. Entende que os governos não têm dado a devida importância ao plano de mobilidade urbana e a população permite essa atitude. Sugere como tema para a CMTT a “*Importância do Plano de Mobilidade Urbana para Petrópolis*”. **FERNANDO BADIA** disse que entende que a sociedade precisa se mobilizar no entanto, é necessário que a população entenda que o Prefeito deve cuidar de toda a cidade. A questão não é tão simplista como tentam demonstrar. Não se trata de fazer ou não fazer o Plano de Mobilidade. Petrópolis não é somente trânsito. Deve-se pensar a cidade como um todo e não um assunto isolado. **ÁLVARO BASTOS/OAB** disse todos os governos são omissos com relação a questão da mobilidade urbana. Um exemplo é o atual governo que concede alvarás sem qualquer estudo. **FERNANDO BADIA** discorda, afirmando que há estudos preliminares à concessão de alvarás e que nenhum alvará é concedido sem os devidos procedimentos legais e administrativos. **ÁLVARO BASTOS/OAB** reiterou que o tema para a CMTT deve ser “*A Importância do Plano de Mobilidade Urbana para Petrópolis*”. **PAULO MARTINS** mantém sua proposta de focar o transporte coletivo considerando inclusive que o tema está inserido na questão da mobilidade urbana. Por fim, entende que a plenária deve definir o tema. **CLAUDIA CASTILHO/CASCATINHA** solicitando a palavra, disse que não concordava que a redução da taxa de gerenciamento tenha sido a grande vilã dos problemas financeiros da CPTRANS, pois antes da redução da taxa de gerenciamento a Cptrans já apresentava problemas financeiros. **FERNANDO BADIA** disse que em 2008 a CPTRANS encontrava-se saudável financeiramente e em 2013 a atual gestão encontrou a CPTRANS totalmente descapitalizada, com inúmeras dívidas e entende que a redução da taxa de gerenciamento de 5% para 2%, sem criação de fonte de receita substitutiva, impactou, de forma negativa, as receitas da Conveniada. Retomando a questão da CMTT, considerando as 2 propostas de temas, o Presidente do COMUTRAN passou para a plenária a questão. A Plenária definiu como tema para a 12ª CMTT “**O Transporte Público**”

no Município de Petrópolis”. EVANDRO/ASTAPE sugeriu a formação de grupo de trabalho para a organização do evento. Foram voluntários Jean, Jarbas, Luciano e Alexandre. Decidiu-se por fim que o Grupo de Trabalho que já se reúne às sextas feiras tratará da questão. A reunião se dará na próxima sexta feira, às 09:30 para tratativas acerca do evento onde serão agendadas novas reuniões e estipulado o horário. Passando-se ao item 3 da pauta, **ASSUNTOS GERAIS**, o Presidente do Conselho, **FERNANDO BADIA**, dispôs acerca da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Câmara Municipal de Petrópolis para investigar fatos da CPTRANS. Disse que não há qualquer receio por parte da administração considerando tratar a questão de cunho eminentemente político. A CPI trata de diversos assuntos, dentre eles a possibilidade de indústria de multas e instituição de metas de desempenho. Mediante recurso data show o Presidente do COMUTRAN apresentou material acerca de denúncias formuladas pela população através da mídia social durante o ano de 2015. Foram apresentadas diversas denúncias da população face as transgressões do trânsito, dentre elas carros estacionados sobre as calçadas, em pontos de ônibus e em faixa de pedestres. Todas as denúncias da população exigem atitude da CPTRANS. Disse que a alegação de indústria de multas é infundada e que em momento algum a CPTRANS instituiu metas de desempenho para os agentes com relação à aplicação de multas. Dispôs que o Ministério Público do Estado, no mês de novembro de 2014, nos autos de Inquérito Civil 1896 que apura a deficiência na prestação do serviço de fiscalização do trânsito, questionou a CPTRANS sobre o possível estabelecimento de metas aos Agentes de Trânsito, inclusive em razão da natureza jurídica de sociedade de economia mista. A CPTRANS, em resposta, afirmou que não há metas de desempenho. O Ministério Público, mediante novo ofício, considerando a resposta da CPTRANS, questionou sobre a possibilidade de previsão de estabelecimento de metas. Em resposta, a CPTRANS reiterou que não há metas e nem mesmo previsão de seu estabelecimento. Portanto, totalmente descabida a alegação de implantação de metas aos Agentes de Trânsito pela CPTRANS. Ato contínuo disse que os Agentes são

orientados a realizarem a ronda e fiscalizar os veículos estacionados em faixa de pedestre e sobre as calçadas. Trata-se de atendimento ao Código de Trânsito Brasileiro e respeito ao transeunte, em especial aos idosos e cadeirantes. Cobra-se dos Agentes de Trânsito, na verdade, o trabalho para o qual foram concursados. A CPI trata também sobre a empresa contratada na orientação do trânsito durante a Bauernfest. Disse que a referida contratação obedeceu todos os ritos legais. **EVANDRO/ASTAPE** disse que os infratores agem com a certeza da impunidade. **MARIO BANDARRA/APEA** disse que a multa cidadã seria de grande ajuda para a CPTRANS e para a população. **FERNANDO BADIA** disse que atualmente a CPTRANS está bem alinhada com a Guarda Municipal, tendo sido liberado horas extras para os GMs pelo Município de Petrópolis a fim de que os Guardas atuem no trânsito, considerando o número reduzido de Agentes de Trânsito. Em contrapartida a CPTRANS fornecerá rádio e capacitação. Assim haverá melhor atuação no trânsito. Disse que o reboque tem funcionado muito bem, inclusive mediante solicitação da população e de diversos órgãos do município. Portanto, o Município de Petrópolis e a CPTRANS tem engendrado todos os esforços a fim de fiscalizar o trânsito de forma eficaz na busca incessante da melhoria da cidade. **PAULO MARTINS** disse que entende que a CPI é uma apelação de cunho eminentemente eleitoreiro. Entende que o COMUTRAN precisa se colocar, se manifestar acerca da questão. **MARIO BANDARRA** disse que torna-se necessário reavaliar a questão da mobilidade em Bonsucesso considerando que a localidade está sofrendo com as grandes retenções no trânsito assim como em Nogueira. Sugere reavaliar as questões das faixas de pedestres e sinais de trânsito. Ainda com a palavra, disse que após a apresentação do estudo sobre a transferência à iniciativa privada da exploração dos estacionamento da cidade, atualmente sob responsabilidade da CPTrans, o representante da APEA, Mario Jorge Bandarra, solicitou que constasse em ata que não existia a concordância na totalidade sobre a matéria, como apresentado, pelo menos não em nome de sua representação, alegando inclusive que houvera promessa de discussão mais aprofundada sobre a questão e o

que, até aquela data, não tinha ocorrido. Continuando a explanar sobre o trânsito, sugeriu que o Conselho passasse a discutir debruçado na lei, pois são visíveis as aberrações de interpretações desconexas a esta. Ocasão que enfatizou a preocupação de como estão sendo proferidas aulas sobre o trânsito onde estão disseminando interpretações contrárias ao diploma legal, exemplificando sobre a divulgação errada sobre o uso da faixa de pedestres. “O pedestre é obrigado a passar pela faixa mas não tem prioridade de ingresso à mesma”. Arguiu quanto as instalações e manutenções dos quebra molas, momento em que apontou como exemplo o da praça da liberdade, lembrando que todos estão com dimensões e aplicações fora de normatização, a qual ocorreu no fim do ano passado. Sugeriu que sejam substituídos por sinais com temporizador para pedestres. Também suscitou em ser reaberta as discussões sobre a resolução 2003/2008 do CONTRAN a qual determina a extinção de todas as vagas privilegiadas em vias públicas, ofertadas principalmente a alguns órgãos públicos e que ferem esta determinação há mais de sete anos. Concluindo, externou a insatisfação sobre a parca discussão, pelo Comutran, dos vários problemas sobre o trânsito da cidade, momento em que reafirmou que aguarda deliberações dobre a ideia apresentada sobre a multa cidadão, alertando que assuntos idênticos foram adotados em outras cidades, provando não se tratar de matéria ilegal como questionados por outros conselheiros. **LUCIANO MOREIRA** informou que, aparentemente, o número de acidentes de trânsito aumentaram significativamente nos últimos meses e que o conselho deveria apresentar o número de acidentes ocorridos mês a mês, e esta informação foi confirmada pelo presidente do conselho. LUCIANO MOREIRA reiterou a importância do COMUTRAN receber informações sobre o trânsito da cidade de uma forma objetiva, a partir de indicadores, para que o COMUTRAN possa debruçar-se sobre as causas e questões que sejam relevantes para a mobilidade da cidade. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja ata segue assinada pelo Presidente e por mim, Rogéria Maria Canedo Guimarães, que na oportunidade secretariou

a reunião, devendo ser aprovada na próxima reunião ordinária e publicada posteriormente na *internet*.

JORGE FERNANDO VIDART BADIA

Presidente

Rogéria Maria Canedo Guimarães

Secretária